



## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

### Uma casa para Athos

Athos Bulcão e Lelé Filgueiras formaram uma dupla tão afinada quanto a de Federico Felini e Nino Rota, Glauco Rocha e Villa-Lobos, Tom Jobim e Vinícius de Moraes, Romário e Bebeto. Nenhum artista moderno realizou tantos projetos de arte-integração em uma cidade.

Athos é referência nacional e internacional. O mesmo é possível dizer de Lelé Filgueiras, distinguido com homenagem durante a Bienal Nacional de Arquitetura de Veneza de 2014. Muitos ar-

quitetos consideram que a arte só deveria entrar em um prédio depois que ele estivesse pronto.

Não era essa a visão de Lelé. Ele entendia que as intervenções de Athos não eram meramente decorativas, elas interferiam em sua concepção de arquitetura. Não se tratavam de meros quadros para serem dependurados nas paredes. “Só faço projetos para o Athos preencher com arte, para ele fazer bonito”, costumava brincar Lelé.

Com Lelé, Athos realizou relevos, divisórias e painéis no Hospital Regional de Taguatinga; nas secretarias do Tribunal de Contas da União, em Salvador e outras capitais; e nos hospitais da Rede Sarah em Brasília e em outras unidades da Federação. Essa parceria estreitou os laços de amizade entre o ar-

tista e o arquiteto. Lelé não vinha uma vez a Brasília sem conversar com Athos.

Em 2 de junho de 2009, na passagem dos 90 anos de Athos Bulcão, na gestão de José Arruda, o GDF fez a doação simbólica de um terreno no Setor de Difusão Cultural, próximo à Torre de TV, para a construção definitiva da sede da Fundação Athos Bulcão. Valéria Cabral sugeriu o nome de Lelé para fazer o projeto e, quando o consultou, recebeu a resposta: “Farei com muita hora”.

Orlando Taurisano, dono da Disbrave, se ofereceu para pagar o projeto, mas Lelé recusou: “Não, você paga a fundação. Estou fazendo o projeto para um grande amigo”. Lelé desenhou um belíssimo projeto que, se fosse construído, se tornaria mais um ponto de referência da integração ar-

te-arquitetura em Brasília.

Mas o lote foi desdoado pelos governos seguintes, e Athos se viu relegado à condição de sem-teto na cidade que criou e da qual é o mais importante artista. A consequência é que a Fundação vivencia grave crise financeira, que ameaça sua sobrevivência.

Athos doou um acervo composto por mais de 700 obras para a Fundação que leva seu nome. Mas, além de prezar pela manutenção dessas obras, a entidade desenvolve uma série de projetos importantes para a formação de crianças, jovens e adultos, para que essa riqueza se torne acessível e partilhada por todos os brasilienses.

É a Fundação que zela pelo cuidado com as mais de 260 obras públicas de Athos em Brasília. Ela mantém

uma lojinha com produtos decalcados da obra do artista, que é ponto de visita obrigatória de estrangeiros na cidade. No entanto, com os preços estratosféricos dos aluguéis no Plano Piloto, a Fundação Athos Bulcão vive uma situação desesperadora que ameaça a sua sobrevivência.

A Fundação lançou uma campanha para que os brasilienses ajudem a manter vivo o legado de Athos Bulcão. É importante colaborar. Mas é preciso, também, lutar para que Athos tenha direito à sede definitiva de sua fundação. É uma vergonha para Brasília tratar um artista, que ajudou a criar a cidade e a representa com tanta dignidade, com tamanho descaso. PS: o endereço da campanha para se tornar amigo de Athos é: [www.catarse.mefundathos](http://www.catarse.mefundathos)

## GOVERNO

# “Momento delicado na Saúde”

Presidente da CLDF reconhece preocupação com hospitais públicos em reunião entre distritais e GDF em busca de ações no setor. Mais cedo, Ibaneis anunciou contratações de médicos e enfermeiros

» ARTHUR DE SOUZA

**D**urante uma reunião a portas fechadas na tarde de ontem, na Câmara Legislativa (CLDF), autoridades debateram ações para mitigar a crise no atendimento da rede pública de saúde da capital federal. Ontem, antes da reunião, o governador Ibaneis Rocha (MDB) divulgou nas redes sociais que autorizou a contratação de 492 profissionais de saúde, sendo 149 médicos, 122 enfermeiros e 221 técnicos de enfermagem.

Na reunião na CLDF, parte dos presentes considerou que a conversa foi positiva, mas outros, não, a ponto de alguns considerarem que se deve criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). No encontro, que durou três horas, participaram os 24 distritais, a secretária de Saúde, Lucilene Florêncio; o secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha; e o diretor-presidente do Institu-

Ed Alves/CB/DA.Press



Reunião teve a presença de todos os deputados distritais que pediram explicações à secretária de Saúde, Lucilene Florêncio



**Temos que diminuir o sofrimento das pessoas nos hospitais e ajudar o Executivo, para que a população pare de morrer”**

**Wellington Luiz**, presidente da CLDF (MDB)



**O governo não apresentou medidas emergenciais para a crise. A situação é grave, e o GDF não trouxe uma proposta”**

**Fábio Félix**, deputado distrital (PSol)

to de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF), Juracy Cavalcante Lacerda Júnior.

O presidente da CLDF, Wellington Luiz (MDB), avaliou o encontro “extremamente proveitoso” e ponderou que o setor vive um

“momento delicado”. “(A reunião) foi um primeiro passo. Temos que ter a capacidade de entender que precisamos trabalhar olhando para frente, de forma unida, para que a população não sofra mais ainda”, disse. Questionado se há crise,

comentou que pode-se “dar o nome que quiser” para a situação. “O importante é entender que a gente está passando por um momento delicado”, afirmou.

O emedebista reconheceu que ações estão sendo implementa-

das pelo governo. “A CLDF está cobrando e fiscalizando tudo isso”, acrescentou.

### CPI

Por outro lado, a base de opo-

sição ao governo saiu frustrada. O deputado Fábio Félix (PSol) afirmou que o encontro foi insuficiente. “O governo não apresentou um pacote de medidas emergenciais para responder à crise. A situação é grave, e o GDF não trouxe uma proposta de solução para os problemas”, lamentou.

Essa insatisfação abriu caminho para um pedido de abertura de CPI sobre a atuação do Iges-DF. “A CPI é o instrumento mais contundente que temos”, afirmou Félix. Até agora, cinco deputados de oposição assinaram o requerimento.

Segundo Félix, “os problemas, muitos deles, são estruturais. (Não assumir a crise) prejudica a capacidade do próprio governo de responder os questionamentos e não dialoga com a realidade da população, que está nas filas das unidades de saúde”, ressaltou.

### Prematuro

Sobre a CPI, Wellington Luiz entendeu que é muito cedo para falar no assunto. “Acho que precisamos focar todas as nossas energias em buscar soluções (para saúde). A comissão pode ser discutida, mas acho que, agora, temos um objetivo maior, que é diminuir o sofrimento das pessoas que estão nos hospitais e ajudar o poder Executivo, para que a população pare de morrer, como está acontecendo”, defendeu.

Jorge Vianna (PSD) disse que uma comissão parlamentar de inquérito é “bem-vinda”, mas questionou a efetividade do instrumento. “Sinceramente, tudo se fala em CPI, mas qual foi a que já deu resultado aqui nesta Casa?”, questionou. Para ele, enquanto o governo não investir efetivamente na saúde, haverá problemas.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

### Atendimento a pessoas vulneráveis

» LETÍCIA MOUHAMAD

O Plano de Ação para a População em Situação de Rua no DF, que visa atender e acolher, de forma multidisciplinar, cidadãos em vulnerabilidade social e econômica, foi lançado ontem pelo governador Ibaneis Rocha (MDB). A iniciativa do Executivo local envolve todas as secretarias do Governo do Distrito Federal (GDF). Alinhado com o política nacional direcionada a esse segmento da sociedade, o projeto se fundamenta em princípios de direitos humanos, respeito à individualidade e reconhecimento da diversidade de necessidades e histórias de vida, de acordo com informações do Palácio do Buriti.

O projeto prevê pernoites em albergues públicos, atendimento veterinário para os animais dessa população e ações de serviço social locais onde houver mendicância

ou forem ocupados irregularmente. Isso está previsto no acordo de cooperação técnica firmado entre o GDF, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). De acordo com a apresentação do documento que registra essa parceria, o plano “reflete um entendimento profundo das múltiplas facetas da vulnerabilidade social e da diversidade das pessoas em situação de rua, buscando uma resposta abrangente, integrada e humanizada”.

“Muitas vezes, as pessoas pensam que morador de rua tem que ser tratado pela polícia, e eu sempre disse o contrário: tem que ser tratado pela sociedade com todo o respeito. (...) Quando começamos tínhamos em torno de 300 (vagas de acolhimento) e agora estamos com 2,9 mil”, declarou Ibaneis. Ele ressaltou que o trabalho que se

Reprodução: Renato Alves/Agência Brasília



Governador Ibaneis assina plano de ação que efetiva políticas voltadas a pessoas em situação de rua

inicia permitirá mostrar que existem caminhos de reintegração para pessoas carentes.

O secretário-chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, lembrou que, em 2022, houve o primeiro censo

da população de rua do DF. Esse levantamento identificou 2.938 pessoas, distribuídas em áreas públicas, nos serviços de acolhimento e em comunidades terapêuticas. “Esse número cresceu,

especialmente após a pandemia, e é possível notar isso nas ruas do DF. Agora, em novembro, será feito um novo censo, já podendo colher frutos do plano que vai ser implementado”, declarou.

Engels Muniz, conselheiro do CNMP e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, destacou que “o DF sai na frente por já ter feito um diagnóstico da população de rua”.

### Qualificação

Todas as secretarias do governo têm atribuições no plano de ação, que propõe ações estratégicas em sete eixos: Assistência Social e Segurança Alimentar; Saúde; Ações Institucionais de Zeladoria Urbana; Cidadania; Educação e Cultura; Habitação; Trabalho e Renda; e Produção e Gestão de Dados. Foram enfatizadas medidas para qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e criação de oportunidades, tanto no setor público quanto no privado.

Para isso, o governador assinou um decreto que reserva às pessoas em vulnerabilidade 2% das vagas de emprego nas empresas contratadas para serviços e obras na administração pública. Anunciou, também, que o RenovaDF capacitará indivíduos em situação de rua na área de construção civil.